



Câmara dos Deputados

PL 768/2023

Autor: Mersinho Lucena

Data da Apresentação: 01/03/2023

Ementa: Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis, da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para vedar a nomeação para os cargos efetivos e em comissão no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, de pessoas que tenham sido condenadas pelos crimes previstos nas Leis nº 11.340/06, nº 8.069/90, nº 12.015/09, nº 10.741 e nº 8.072/90.

**Forma de
Apreciação:** .

**Texto
Despacho:** Devolva-se a presente proposição, tendo em vista já se encontrar em tramitação na Casa proposição de idêntico teor (PL 718/2023) de autoria do mesmo parlamentar. Publique-se.

**Regime de
tramitação:** .

Em

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados

2252649



2252649